

Como um grande navio

Noenio Spinola 1981 NOV 7.

Enconomias de países com dimensões continentais, como o Brasil, comportam-se exatamente como grandes navios: se um supergraneleiro carregado de minério ou petróleo não planejar sua rota com grande antecedência, as opções serão duas — parar ou colidir.

Quem apontar as lunetas a esta altura, procurando ver além da linha do horizonte do Natal e do réveillon, e colocar na mesa todos os dados econômicos fundamentais "já" amarrados ao leme do nosso supergraneleiro, verá que o quadro está formado. Vamos ter estagnação e abalroagens.

As primeiras colisões, lá pelos fins deste mês e meados de dezembro, virão com os preços. Na verdade, já há muita pedra arranhando o casco. Um importante instituto de pesquisas chegou à conclusão de que outubro não só fechou com a volta à inflação dos dois dígitos, mas ainda criou as condições, através das remarcações de preços, para uma alta disparada perto de 15% em dezembro.

Quem amarrou o leme na direção das pedras? O próprio governo. Qualquer pesquisa aleatória de preços verá que existem hoje notas de venda com e sem desconto. Ainda quando a esmagadora presença do governo em todos os setores da economia possa esfriar a inflação através do congelamento de tarifas, ou da administração de altas — petróleo, energia, telefones, aços planos etc. —, a verdade é que as contas são feitas *por fora* por toda a sociedade, e a inflação "projetada" não tem mais jeito. Mesmo girando 180 graus no leme, não há como evitar a colisão. A rota está definida pela inércia, pelo peso da economia e pela cabeça das pessoas, inflamadas pelas reivindicações de salários que as estatais se encarregaram de disparar. Tão generalizado é o movimento de reivindicações que está prevista para hoje uma greve dos fiscais do Tesouro!

O sinal que disparou a nova onda inflacionária veio desta vez dos bastidores que mais deveriam cultivar a surpresa, se desejasse repetir o mesmo cenário que viabilizou dois ou três meses de relativa calmaria no lançamento do Cruzado. O Cruzado-II não conseguiu mais pegar as pessoas desprevenidas, e o III, se houver, menos ainda. Foi de dentro do Ministério da Fazenda que vazaram as notícias sobre a possibilidade de um congelamento "qualificado". Desejaria alguém acelerar a inflação para dar pretextos para outro "choque"? Com que objetivos?

Hoje, as autoridades monetárias — leia-se Banco Central — emitem papel-moeda como nunca, e não têm qualquer apoio de política fiscal — leia-se arrecadação de impostos — para colaborar com uma estratégia antiinflacionária. O Cruzado I esgotou o repertório de surpresas com o Empréstimo Compulsório, e agora é preciso uma nova Constituição para autorizar um apelo mais vigoroso ainda ao bolso dos cidadãos. Ou uma calamidade. A

última vez que os bolsos foram atingidos por uma calamidade foi depois das enchentes em Santa Catarina. Que espécie de furações seriam necessários até o Natal para justificarem um gesto semelhante das autoridades fazendárias?

Sem política fiscal e sem empréstimos heterodoxos, a previsão, até dezembro, é uma vez mais desconfortável: as taxas nominais e reais de juros vão continuar subindo. Com uma inflação de 15%, é preciso uma taxa de juros de tal ordem que inviabilizará qualquer investimento produtivo a médio e a longo prazos. Trata-se simplesmente do custo de oportunidade: a 15% ao mês de inflação, a regra será manter o dinheiro no *overnight* para minimizar o risco e preparar rotas de fuga ao capital. Isso explica por que os investimentos em ativos especulativos aumentaram, enquanto os investimentos produtivos caíram. Nesse cenário, o supergraneleiro navega tendo como pano de fundo, ou linha do horizonte, uma única palavra: estagflação.

Capitais estrangeiros? Nem pensar. O gerente do capital fixo estrangeiro permanecerá, adiando suas decisões de investimento, à espera do fim da novela da Constituinte; de um acordo com os bancos estrangeiros e de uma eventual passagem do Brasil pela caixa do FMI. Nesse cenário, os juros altos serão, uma vez mais, um alvo político de primeira classe para os segmentos à esquerda do PMDB. Juros altos, moratória na dívida externa e, eventualmente, moratória na dívida interna sempre figuraram no receituário com o qual a esquerda do partido majoritário sempre achou que a economia nacional seria corrigida. Que retórica prevalecerá até dezembro?

Alguns analistas otimistas acham que o Brasil pode recorrer a um terceiro choque, da mesma forma que a Argentina tem repetido seus choques e mantido acesa a chama da esperança na população. Só que a economia brasileira e a Argentina são de tamanhos incomparavelmente diferentes e de graus de complexidade distintos. O somatório dos produtos do México, Colômbia e Argentina não empata com o Produto Bruto brasileiro, e, além disso, as situações políticas são diferentes.

Com as causas de inflação "dentro" do Estado, o governo terá que congelar a si mesmo. Quem pode imaginar o governo colocando os preços e as reivindicações salariais da máquina estatal na geladeira? Estados que tomaram as rédeas em suas próprias mãos estão, também, gastando por conta, sem repassarem o que devem ao governo federal. Há uma bomba de efeito, retardado nesse processo, que se traduzirá em inflação ou em ingovernabilidade. Eis por que muitos economistas acham que o último ato do processo da Constituinte poderia ser encerrado com um belo gesto do presidente Sarney, convocando eleições com ou sem parlamentarismo. Uma hipótese que, para outros, permitiria mudar o leme do barco antes que este colida, já que o PMDB terá a responsabilidade total pela correção de rumos. Qualquer que seja a saída, segurar nesse leme vai requerer determinação e uma bela musculatura.